

INSTITUIÇÕES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: DELINEAMENTO PRELIMINAR DOS ASPECTOS TEÓRICOS E MORFOLÓGICOS

Elson L.S. PIRES¹

Geraldo MÜLLER²

Adriana Renata VERDI³

Resumo

O esboço de uma metodologia de pesquisa das relações entre território e desenvolvimento local, objeto do presente artigo, resulta da compilação de leituras sistematizadas, cujo objetivo é a apresentação das principais associações entre teorias, conceitos e tipologias acerca do tema. A questão central é a relação entre o território, aqui entendido como uma forma espacial de comportamento social, e o desenvolvimento local, entendido como um processo de mudança social dinamizado por expectativas territorialmente localizadas e geradoras de cidadania. A relação expressa, hipoteticamente, a possibilidade de uma ação coletiva intencional que mobilize instituições e organizações, planos e recursos, assim como empresas, e visa estabelecer se, quanto e como ela pode ser concebida como um modo particular de regulação social.

Palavras-chave: atores sociais, desenvolvimento territorial local, governança, grupos econômicos, instituições, organizações, regulação, território.

Abstract

INSTITUTIONS, TERRITORIES And LOCAL DEVELOPMENT: Preliminary delineation of the theoretical and morphologic aspects

The outline of a research methodology of the relations between territory and local development, purpose of the present article, results of the systemized paper readings compilation, whose objective is the presentation of the main associations between theories, concepts and tipologies concerning the subject. The central question is the relation between the territory and the local development, understood as a social process change dynamized by expectancies territorially located and citizenship generator. The relation express, hypothetically, the possibility of an intentional collective action that mobilizes institutions and organizations, plans and resources, as well as companies, and aims to establish if, how much and how it can be conceived as a particular way of social regulation.

Key-words: social actors, local territorial development, economic government, groups, institutions, organizations, regulation, territory.

¹ Professor doutor livre docente do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento e da Pós-Graduação em Geografia, Área de Organização do Espaço, da Universidade Estadual Paulista/Campus de Rio Claro. E-mail: elsonlsp@rc.unesp.br

² Professor doutor do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento e da Pós-Graduação em Geografia, Área de Organização do Espaço, da Universidade Estadual Paulista/Campus de Rio Claro. E-mail: gerali@wave.net.br

³ Pesquisadora doutora do Instituto de Economia Agrícola (Iea) do Governo do Estado de São Paulo. E-mail: averdi@iea.sp.gov.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda os fundamentos teóricos em debate da Linha de Pesquisa *Desenvolvimento Territorial*, ora em funcionamento no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Organização do Espaço, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro.

Esses fundamentos da linha de pesquisa serão expostos neste artigo em quatro seções. Na primeira seção, de caráter mais geral e com função de suporte às seções seguintes, aborda-se de forma sucinta os papéis das instituições e das organizações, da regulação e dos atores sociais na sociedade, fundamentais para os fundamentos de uma visão institucionalista na geografia. A segunda seção preocupa-se com os aspectos teóricos e tipológicos, com base nas abordagens regulacionistas e seus possíveis vínculos com a análise do território, ao estabelecer as relações entre os recursos – econômicos, inovações, competitividade, solidariedades e cidadania – e as possibilidades de pô-los em marcha. A terceira seção estende as abordagens do território para reconciliá-las com as origens e os fatores explicativos das teorias e práticas do desenvolvimento territorial. A quarta seção conclui o artigo, expondo a nossa reflexão sobre o tema. Trata-se aqui de sugerir a articulação entre os papéis das instituições e das organizações, do capital social e dos atores com os territórios, situando-a no debate contemporâneo do desenvolvimento local e regional, pensando-a como uma ação estratégica local sob a forma de uma nova lógica dos desenvolvimentos possíveis.

INSTITUIÇÕES, ORGANIZAÇÕES E ATORES

No mais das vezes os conceitos *instituição* e *organização* são utilizados como intercambiáveis. Uma família, um jogo, uma empresa, um time de futebol são tratados ora como instituições, ora como organizações. Como início de conversa, tudo bem. Mas se quisermos utilizar esses conceitos para a análise, sobretudo para uma análise que objetiva dispor de um quadro de categorias para a prática social, então convém tentar algumas distinções. Distinguir entre algo que possibilita e sanciona certas condutas em termos amplos de algo que visa atingir certas metas através de determinados caminhos. Uma tentativa é a de associar cada um desses conceitos a uma pergunta crucial. Ao se indagar: “Por que você age assim?”, a resposta seria encontrada no âmbito institucional; ao se indagar: “Como você age para alcançar tal objetivo”, estaria no âmbito organizacional. Uma outra tentativa, seria afirmar, com base na literatura consultada, que as instituições podem ser vistas como agrupamentos sociais legitimados, ao passo que as organizações, como arranjos práticos instrumentalizados (DOUGLAS, 1998) ou como agrupamentos sociais que mexem diretamente com a vida prática.

Precisar o conteúdo de um conceito é tarefa para gigantes. Contudo, os pobres mortais como nós, que desejam fazer pesquisa empírica, devem partir deles de alguma maneira, visando sua utilidade analítica. Defrontamo-nos com uma variedade de conceitualizações – como vimos ao tratar com instituição e organização e veremos logo com o conceito de ator – dentre as quais somos obrigados a escolher uma pelo menos. Essa variedade não se deve a especiosismos literários ou a outras veleidades

dos pesquisadores, ainda que isso possa ocorrer, mas fundamentalmente ao caráter histórico das ciências sociais⁴.

Carlos Matus, em um dos excertos de sua obra magna (MÜLLER, 1999, p. 82), conceitualiza ator da seguinte maneira: “um jogador criativo, não sujeito a condutas estáveis e rotineiras, pouco predizível em suas jogadas, com capacidade de recursos para jogar, com alguma capacidade tática e estratégica e com um objetivo no jogo. O ator é uma fenoeestrutura humana que tem poder próprio e está situado dentro do jogo. Este ator está definido pelo vetor de personalidade, de valores, de capacidades e de motivações”. Há outras. Várias. Como, para citar apenas um exemplo, a conceitualização proposta por Touraine (1997, p. 66), que trata do ator em sua teoria do Sujeito: “O Sujeito é o desejo do indivíduo ser um ator. A subjetivação é o desejo de individuação, e esse processo somente pode desenvolver-se se existe uma interface entre o mundo da instrumentalidade e da identidade”.

E, como se não bastassem essas dificuldades – sempre solucionáveis para fins operacionais mediante uma definição – devemos ter em mente que há outras mais. Pois, enquanto se supõe que ator possa ser um indivíduo ou um grupo, tudo bem; a complicação aparece ao se tratar como tal uma classe social ou um movimento social; complica-se ainda mais ao se sustentar que uma prefeitura, uma secretaria ou um *cluster* produtivo ou um território venha a ser um ator social. Como se trata de buscar fundamentos metodológicos para uma futura Linha de Pesquisa, podemos, à luz do que foi dito até aqui, apresentar uma série de questões que possam ser úteis para tanto. Questões tais como: dado que instituições, organizações e atores são alguns dos conceitos relevantes para se elaborar o de regulação social territorial, como que os atores visam certos fins e lançam mão de determinados meios de modo a construir um certo padrão de estabilidade social? Como os atores lidam e como os planos contemplam as opacidades sociais (produtoras de incertezas) constitutivas da vida social? ou, por outra, como são estabelecidas pelo planejamento as relações entre normas regulatórias, funções operacionais, responsabilidades decisórias e avaliações?

O que segue trata de desenvolver algumas das idéias e questões expostas, com base em excertos de autores conhecidos.

Instituições, Desenvolvimento e Regulação

A teoria francesa da regulação procura inspirar-se nos autores institucionalistas clássicos como Veblen e Commons, e no neo-institucionalismo americano de Douglas North (1990). As principais referências afirmam que a dinâmica institucional e a articulação entre mudança tecnológica e institucional são produtos de lutas sociais, de

⁴ Vale aqui citar uma observação de Passeron (1995, p. 122): “A vulnerabilidade da sociologia à inconstância verbal certamente se atém a uma série de condições sociais que podem ser descritas e analisadas pela própria sociologia. Mas a sociologia da sociologia, que pode enumerar as condições desfavoráveis para a plena aplicação do espírito científico nesta disciplina, quando se leva em conta a longa duração e a configuração sempre renovada como uma de suas dificuldades de linguagem, obriga a colocar-se uma questão meta-sociológica: não haveria na *situação epistemológica* da sociologia, e, mais geralmente, das ciências sociais enquanto ciências históricas, uma razão constitutiva de sua fragilidade conceitual? Ou, se preferível, não devermos procurar também o fundamento lógico de uma mobilidade conceitual inerente à sua linguagem, fragilizando suas formulações diante dos artifícios extracientíficos que, afinal, se exercem tão bem nas descrições e interpretações do mundo propostas pelas outras ciências? As condições sociais em que se deve exercer o enunciado sociológico não fazem outra coisa senão tornar possíveis e mais prováveis que em outros lugares as reinterpretções literárias ou comuns, que também nos permitem supor tomar partido de uma *fragilidade teórica* que se atém à forma tipológica dos conceitos utilizáveis por uma linguagem usada para descrever o mundo histórico”.

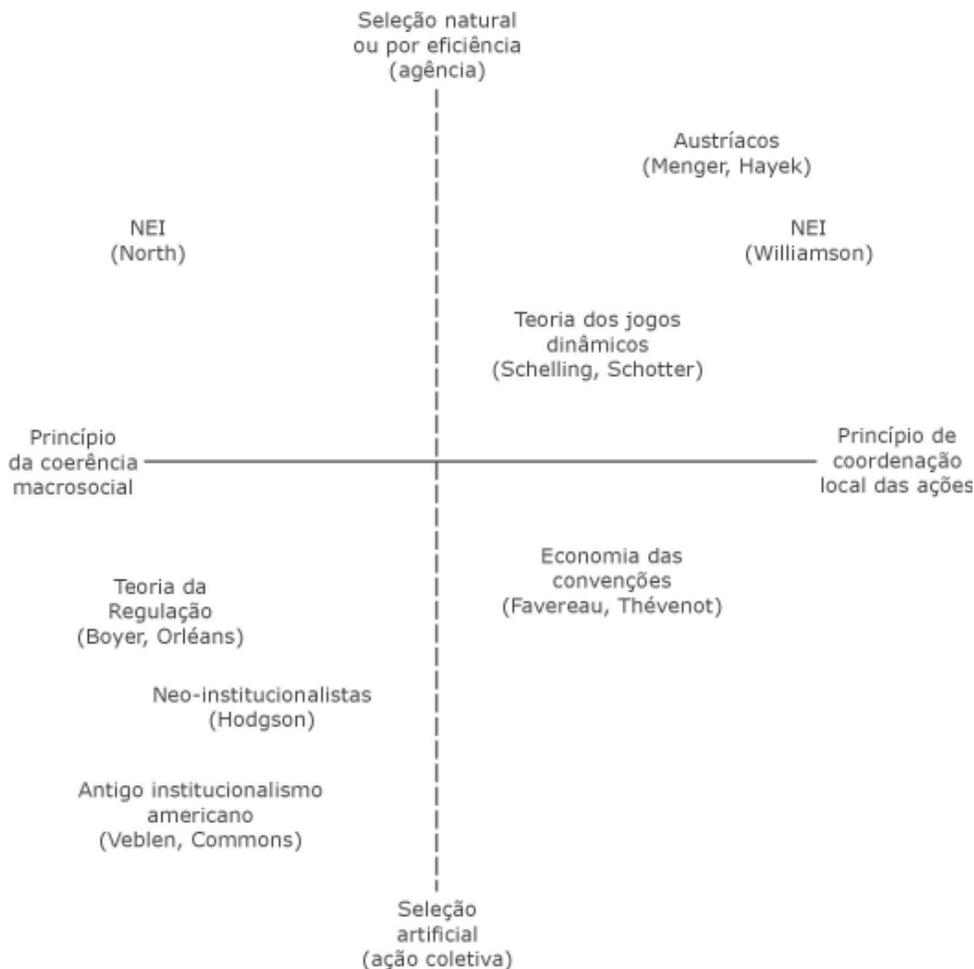
aprendizagem, de tensões entre hábitos e pressões inovadoras, que provocam falta de coerência do sistema através do conflito entre instituições pré-existentes, ainda que fossem eficientes no seu tempo.

Para os institucionalistas regulacionistas os princípios de ação das formas institucionais são a lei, o compromisso e o sistema de valores e rotinas. A origem das instituições reside nas grandes crises, nos conflitos, nas guerras. Os estudos da regulação enunciam seis princípios de evolução das instituições: i) a viabilidade das instituições é permitida pela multiplicidade de seus suportes; ii) a coerência social de uma instituição não é dada de improviso mas se obtém por aprendizagem, pois uma instituição só é viável se ela é coerente com a arquitetura institucional de conjunto da sociedade; iii) a hierarquia das formas institucionais não é nem permanente nem universal; iv) a globalização não leva à convergência espacial e temporal das arquiteturas institucionais; v) a utilidade institucional não é uma garantia de estabilidade, e, por último vi) a aprendizagem participa na redefinição dessas arquiteturas, não apenas na seleção pela eficiência econômica, mas incorporando a questão da compatibilidade social entre os compromissos (VILLEVAL, 1995, BILLAUDOT, 1994; BOYER, 1995).

O esquema 1 situa e relaciona as principais análises institucionalistas. O eixo horizontal explica a funcionalidade: à esquerda, as instituições se inscrevem na perspectiva da coerência macro-social, e seu estudo parte de uma metodologia holista; à direita, a função das instituições repousa sobre a resolução de problemas locais de coordenação dos atores, cuja análise se apóia na metodologia individualista, podendo os critérios de avaliação ser próprios a cada instituição. O eixo vertical explica a dinâmica da evolução: ele opõe uma seleção artificial integrando os fenômenos de poder e de legitimação social. Este eixo opõe as teorias da agência às teorias da ação coletiva. Um terceiro eixo (não representado) indicaria a historicidade, opondo uma coerência *ex-ante* à outra, *ex-post* das instituições com relação à dinâmica econômica e social.

Para compreender e aprofundar a imbricação entre a dinâmica entre as instituições e as performances econômica e social, e por tomá-la como a questão central para a compreensão das relações entre território e desenvolvimento, temos como objetivo explorar o caminho metodológico do diálogo entre o pensamento institucionalista heterodoxo e a teoria da regulação. Primeiro pensar em aprofundar o conhecimento dos níveis de performances dos territórios que dependem em parte da densidade dessas interações, das capacidades de aprendizagem intra e interfirmas, e da qualidade dos arranjos institucionais. Segundo, pensar as formas contemporâneas da ação coletiva, que buscam novos compromissos mediante a cooperação e a projeção de novas ordens sociais, não apenas em nível mundial e nacional, mas também e, sobretudo local e regional. Terceiro, interrogar acerca dos atores coletivos em interação e a dinâmica das relações industriais, para pensar as inovações institucionais e os novos arranjos entre leis, compromissos e rotinas.

Esquema 1 - Tipologia das teorias das instituições



O TERRITÓRIO REVISITADO: ATORES, ORGANIZAÇÕES, INSTITUIÇÕES, VANTAGENS COMPETITIVAS E REGULAÇÃO.

Conforme tem sido abordado por vários autores, as novas tecnologias da informação e da comunicação estão influenciando todos os processos produtivos, as formas de organização do trabalho, da gestão empresarial, dos modos de regulação dos processos socioeconômicos. Em tais circunstâncias, é necessário pensar além do "espaço" como suporte geográfico, já que o essencial é como introduzir inovações tecnológicas sociais e organizacionais no emaranhado tecido produtivo e empresarial, para o qual é preciso definir as novas formas de ação das administrações públicas,

que devem incentivar o fomento produtivo e a negociação estratégica entre atores que buscam o desenvolvimento econômico e social em nível territorial. Nesse sentido, é mais adequado pensar o território em termos de *espaços socialmente organizados*, com seus ativos e recursos, suas capacidades para materializar inovações e gerar sinergias positivas entre os responsáveis pelas atividades produtivas (tecido empresarial) e a comunidade (tecido cidadão).

Ao partir da perspectiva do desenvolvimento local e regional, o novo conceito de "território" pode ajudar melhor a compreender a heterogeneidade e a complexidade do mundo real, suas características culturais e ambientais específicas, seus atores sociais e sua mobilização em torno das diversas estratégias e projetos e a existência e o acesso a recursos estratégicos para o desenvolvimento produtivo e social. Em face do conceito de espaço como contexto geográfico dado, interessa-nos explorar o conceito de território como promotor do recurso específico e, portanto, como ator do desenvolvimento. Porque um tal tipo de desenvolvimento depende de como a comunidade se organiza em termos societários.

A primeira reflexão crítica sobre as origens e as noções de território nas ciências econômicas, sociais e geográficas, nos conduziu para uma concepção abrangente na qual o território local e regional passa a ser entendido como um espaço geográfico de tamanho variável, geralmente intra-nacional, mas que não se reduz a uma escala de planejamento estatal das políticas públicas locais/regionais, nem tampouco a uma condição de suporte geográfico das atividades econômicas.

Na globalização da economia, o território é geralmente formado por uma rede de lugares (SANTOS et al., 1994; VELTZ, 1996; SCOTT, 1997) ou por uma rede de empresas (CHESNAIS, 1996; CASTELLS, 1999a; VELTZ, 1996). Entretanto, o território voltado para desenvolvimento é mais que uma rede; é a constituição de um espaço abstrato de cooperação entre diferentes atores com uma ancoragem geográfica, para engendrar os processos de criação dos recursos particulares (sociais, econômicos e virtuais), com os objetivos de resolver problemas e apontar para soluções inéditas (PECQUEUR, 2000).

O território socialmente organizado

Como afirmam vários autores sobre a atual fase do desenvolvimento capitalista, o "conhecimento" e a "técnica" tornaram-se forças decisivas na reorganização da produção e do espaço, e na introdução de melhores métodos de gerência e organização das empresas e entidades públicas e privadas.

O processo de racionalização alcança, no final do século XX, o território, extrapolando assim a economia, a cultura e a política. A literatura especializada vem apontando para o fato de que o território, em certos lugares, acaba por tornar-se mais racional, mais produtivo, o que torna possíveis participações diferentes no processo de integração nacional e na globalização. Portanto, o território passou a ser visto como algo que está em constante mudança; trata-se de um campo de forças, um lugar do exercício de dialéticas entre as escalas geográficas e entre o Estado, a sociedade e o mercado. O território é "o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua

dimensão local, que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos” (SANTOS, 1999, p. 19)⁵.

Para além dos aspectos do uso do território, o que nos interessa é a análise dos dispositivos institucionais que fundam um território local, como uma escala portadora de dimensão institucional que se constitui nas inter-relações entre o indivíduo, a comunidade e os sistemas produtivos locais/regionais, nacionais e internacionais. O território local, através das estratégias dos atores, é um produtor de normas e de ordens implícitas que constituem um quadro regulador, um espaço geográfico fundado na proximidade organizacional particular (COLLETIS; PECQUEUR, 1993, GILLY; PECQUEUR, 1995). Ele é a constituição de um espaço abstrato de cooperação entre diferentes atores com uma ancoragem geográfica estabelecida, disposta a engendrar os processos de criação dos recursos particulares (sociais, econômicos e virtuais), com o objetivo de implantar projetos, resolver problemas e apontar para soluções inéditas (PECQUEUR, 2000, BENKO; PECQUEUR, 2001). Assim, o território se constitui em um produtor de externalidades complexas, uma escala geográfica de proximidades organizacionais, um espaço de coordenação de ações entre os atores sociais (GILLY; TORRE, 2000, GILLY; PECQUEUR, 2000). Podemos acrescentar a esta concepção a idéia de que a institucionalização desta cooperação organiza o território simultaneamente como ator social do desenvolvimento e da representação simbólica do local (lugar).

Essa abordagem nega a perspectiva de ver o território como um simples palco ou suporte das atividades humanas, e dá mais ênfase ao espaço econômico e social. Assim sendo, o território é visto como “o modo de estabelecimento de um grupo, no meio ambiente natural, que na organização das localizações das atividades, instaura e faz prevalecer as condições da comunidade-linguagem e da aprendizagem coletiva” (PERRIN, 1992, GILLY; PECQUEUR, 1995, p.304). O território está assim assimilado a um meio complexo que “reagrupa em um todo coerente um aparelho produtivo, uma cultura técnica e os atores” (MAILLAT; PERRIN, 1992). Ele possui as potencialidades próprias de desenvolvimento graças ao jogo dos atores econômicos locais. Este território, histórico, social e cultural é também um território econômico marcado pelas condições favoráveis a uma economia de oferta de inovações e de produção de valor adicionado (BEAUVIALA et al., 1998, p.235). É nesse sentido que um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem da sua própria constituição.

Neste nível de reflexão, trata-se de referir-se não a um “local” definido *a priori* sobre critérios predeterminados, mas de territórios socialmente construídos pelos atores locais (as empresas dos diversos setores, os poderes públicos descentralizados ou locais, COURLET; SOULAGE, 1995). Os territórios locais guardam essa coerência com os compromissos sociais estáveis, e se organizam segundo um conjunto de regras e de instituições que são parcialmente elaboradas neste nível.

Desta forma, a pressão regional desigual na divisão territorial do trabalho é o resultado da diferenciação de usos e estratégias do território, e se constitui em possi-

⁵ Nesta concepção adotada por Milton Santos, o território se constitui “a partir dos seus usos, do seu movimento conjunto e do de suas partes, reconhecendo tanto suas particularidades como suas complementaridades. Trata-se da divisão territorial do trabalho e da vida social que permite pensar o território como ator, isto é, o território no seu papel ativo” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.11). Esses usos do território podem ser definidos pela implantação de infra-estrutura, sistemas de engenharia, movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico. Para esses autores, a análise das variáveis explicativas do uso do território, isto é, o território usado, é considerado sinônimo de espaço geográfico.

bilidade de identificar as políticas e as práticas de desenvolvimento viáveis, destinadas a reforçar as propriedades que favorecem a produtividade das regiões e o bem-estar social nos países em desenvolvimento (SCOTT, 2003).

Em seu conjunto, essas análises acabam por revelar que a construção do território não se limita aos aspectos econômicos e políticos, mas compreende também a procura de critérios “objetivos” e “subjetivos” de identidade local ou regional, que podem ser objetos das lutas pelo poder de representações mentais, materiais e de manifestações sociais (BOURDIEU, 1989). A construção da identidade coletiva depende em grande medida dos determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem (CASTELLS, 1999b).

Assistimos assim, nos últimos anos, ao reaparecimento da preocupação com os fatores “subjetivos” do território, entre os quais, a confiança interpessoal, a solidariedade, a reciprocidade e a tolerância. Os fatores de caráter cultural e histórico foram resgatados pela introdução do conceito de “capital social”, para auxiliar na compreensão de como as crenças das pessoas podem atuar como elemento tangível na constituição de uma cultura política local e regional mais cívica e participativa (PUTNAM, 1995, CORREA, 2003).

Como a identidade coletiva é territorializada, a “diversidade territorial” se apóia na aquisição e na adaptação de conhecimentos gerais e específicos, que são filtrados pela própria prática, institucionalidade e cultura locais. Nesse sentido, o território é, segundo Becattini e Rullani (1996), um dos contextos nos quais se desenvolve a *divisão do trabalho cognitivo*, isto é, a divisão do trabalho na produção e utilização dos conhecimentos, os quais podem ser classificados em “contextuais” (quando se produzem num contexto local e são específicos de tal território) e “codificados” (quando se trata de conhecimento de caráter global, mas facilmente transferíveis). Esses últimos só podem ser utilizados adequadamente quando contextualizados nos ambientes produtivos particulares ou locais, de mesmo modo que se torna obrigatória a codificação de alguns dos conhecimentos contextuais, quando se quer facilitar sua transferibilidade e conseguir, desse modo, economias de escala suficientes. Na divisão de trabalho cognitivo de tipo circular, o território local gera conhecimentos para uso global e o global fornece aos circuitos locais conhecimentos procedentes de todo o mundo (LLORENS, 2001, p.27).

Dessa feita, o território local pode compreender, um determinado espaço institucional, social e cognitivo – um bairro, município, rede de municípios, arranjos produtivos, *clusters*, bacias hidrográficas, vales – que atenda aos seguintes condicionantes: (i) possua sinais de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais, históricos, etc); (ii) mantenha ou tenha capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento; e (iii) promova ou seja passível de uma integração econômica e social, no âmbito local (COCCO; GALVÃO; SILVA, 2003, MONIÉ; SILVA, 2003). Portanto, o sentimento de pertencimento a um território e a identidade coletiva em torno de um projeto comum de desenvolvimento, depende muito mais dos efeitos de proximidade organizacional e cognitiva de suas redes do que das divisões geopolíticas e administrativas.

Essa perspectiva de análise do território parece ganhar força tanto na geografia, quanto na economia, na sociologia e na política. A consideração dos fatores locais nas dinâmicas econômicas reais parece evidências deste movimento. Na competição mundializada, as regiões e as localidades encontram-se, doravante, em situação de concorrência; no que tange a esta última, ela pode ser analisada em dois planos distintos. O primeiro deles é o definido pelo controle dos custos e da otimização dos fatores de produção (mão-de-obra, energia, juros); o segundo, pelas especificidades territoriais. Nesse caso, as diferentes regiões não são nem um pouco intercambiáveis

entre si. Uma diferença durável dos territórios, ou seja, uma diferenciação não suscetível de ser colocada em causa pela mobilidade dos fatores de produção, somente pode decorrer de uma especificidade dos territórios reconhecida como tal (BENKO, 2001, p. 9).

O renascimento dos meios locais e regionais na qualidade de núcleos da organização econômica, cultural e política oferece novas e inesperadas possibilidades para a renovação da vida comunitária e do desenvolvimento local. A democracia e a cidadania tomam um novo sentido no contexto da sociedade local, assim como a criação de novas identidades e vocações locais e de novas ações democráticas. A realização de uma nova visão de política local constrói-se em relação com o novo contexto global: um desenvolvimento sustentável fundado na solidariedade converte-se em uma ferramenta indispensável para a construção de uma comunidade mais forte, mais equilibrada (e melhor compreendida pelos povos que a compõem).

O mundo globalizado pode ser encarado um mosaico composto de uma miríade de regiões, de localidades, de países, blocos, que não são, necessariamente, equivalentes (BENKO; LIPIETZ, 1994, 2000). Nesse sentido, a "glocalização" se traduz em um neologismo forjado para designar a articulação expandida dos territórios locais em relação à economia mundial, sublinhando a persistência de uma inscrição espacial dos fenômenos econômicos, sociais e culturais. Contrariamente aos mais sombrios prognósticos da homogeneização, os territórios locais – com suas especificidades – não são apagados pelos fluxos econômicos da mundialização (BENKO, 1996, 2001, SCOTT, 1997).

Os recursos dos territórios na concorrência espacial

A constatação da concorrência territorial é muito evidente em várias regiões e tem contribuído para as novas teorias de crescimento e desenvolvimento econômico, até mesmo nos processos de integração. A idéia de que o desenvolvimento é localizado e depende de fatores próprios [a certas] das regiões, está na origem de numerosas contribuições empíricas e teóricas recentes que trazem novas luzes sobre os mecanismos de indução do desenvolvimento local. Assim, as regiões, ou ainda melhor, os territórios, tornaram-se as fontes específicas de vantagens concorrenciais.

Gabriel Colletis e Bernard Pecqueur (1993) propõem uma leitura dos fatores de concorrência espacial mediante a idéia de uma oferta de especificidade territorial.

As análises dessas especificidades territoriais devem distinguir, de uma parte, os ativos e recursos e, de outra parte, a requalificação dos ativos ou dos recursos segundo sua natureza (genéricas ou específicas).

Os ativos podem ser entendidos como fatores «em atividade», enquanto os recursos são os fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar. Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem assim uma reserva, um potencial.

Os ativos ou recursos genéricos definem-se pelo fato que seu valor, ou potencial, é independente de sua participação em um determinado processo de produção (GAFFARD, 1990). Eles são totalmente transferíveis, e seu valor é um valor de troca que se realiza no mercado. O preço é o critério de apreciação do valor de troca, o qual é determinado por uma oferta e uma demanda de caráter quantitativo.

Os ativos específicos existem como tais, mas seu valor é função das condições de seu uso. Enquanto um ativo genérico é totalmente transferível, um ativo específico implica em um custo que não pode ser coberto mais ou menos elevado de transferência. A análise detalhada desse tema nos remete aos custos de transação desenvolvidos por Williamson (1985).

Quanto aos recursos específicos, esses só existem no estado virtual e não podem em nenhum caso ser transferidos. Eles nascem de processos interativos e constituem a expressão do processo cognitivo, que é efetivado quando atores com competências diferentes produzem novos conhecimentos graças à disponibilidade desses últimos. No momento em que conhecimentos e saberes heterogêneos são combinados, novos conhecimentos emergem abrindo novas combinatórias e possibilidades (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 42).

O quadro 1 a seguir apresenta a tipologia para análise dos territórios locais, onde são distinguidos quatro tipos de fatores de concorrência espacial.

Quadro 1 - Tipologia dos fatores de concorrência espacial-territorial

TIPOS DE QUALIFICAÇÕES	GENÉRICO	ESPECÍFICO
RECURSOS	<p>1</p> <p>Fatores de localização potenciais <i>não utilizados</i>, suscetíveis de serem ativados segundo um cálculo de rentabilidade a ser introduzido no mercado.</p> <p>Ex: as matérias primas, os equipamentos, as informações, a formação de base não utilizada, fora do mercado.</p>	<p>4</p> <p>Fatores de localização virtuais e incomensuráveis, totalmente intransferíveis, nos quais o valor que os criou depende da organização e das estratégias para resolver problemas inéditos, ancoradas no território.</p> <p>Coordenação fora do mercado, através de instituições, normas, regras, convenções.</p> <p>Ex: "atmosfera industrial", "governança", acumulação de memória e de aprendizagem coletiva cognitiva.</p>
ATIVOS	<p>2</p> <p>Fatores de localização existentes <i>em atividade</i>, totalmente transferíveis, discriminados pelos preços e custos de transportes no mercado.</p> <p>Coordenação no mercado, implicando a alocação ótima dos recursos (cálculo, otimização)</p> <p>Ex: as matérias primas, os equipamentos, a força de trabalho simples, informações de base, em atividade no mercado.</p>	<p>3</p> <p>Fatores existentes comparáveis, parcialmente transferíveis, onde o valor está ligado a um uso particular, discriminado pelos custos irreparáveis de transferência e de transação.</p> <p>Coordenação de externalidade em situação de quase-mercado (custo de irreversibilidade)</p> <p>Ex: as matérias primas quase-insubstituíveis, a força de trabalho qualificada, conhecimento, capital investido em equipamentos específicos, informação programada.</p>

FONTE: Elaboração própria a partir de Colletis e Pecqueur (1993, p. 497), Benko e Pecqueur (2001, p. 44).

Essas análises dos ativos e recursos fazem da proximidade geográfica um fator de competitividade territorial, isto é, a proximidade não sendo outra coisa que a característica intrínseca do território. Por outro lado, outros estudos da proximidade também partem de uma análise da coordenação dos agentes, para demandar se esta é ou não constrangida pela proximidade. Nesse caso, a proximidade é uma dimensão possível da coordenação entre agentes econômicos ou entre agentes e instituições (RALLET, 2000, VERDI, 2003).

Cabe notar que nas análises empíricas, não pode ser deixada de lado a investigação dos bens públicos transnacionais, das infra-estruturas específicas de grande envergadura no território transnacional (como as redes de comunicação terrestre, fluvial, marítima, redes energéticas).

No processo de integração das economias do Cone Sul, o desenvolvimento dos fluxos materiais, das redes e das trocas entre os países membro associados do Mercosul e igualmente dos mercados exteriores, requer infra-estruturas específicas de grande envergadura no território transnacional (redes de comunicação terrestre, fluvial, marítima, redes energéticas). Assim, a questão das rodovias, hidrovias e dos portos (e da logística rodoviária e portuária), inseridas no movimento geral de modernização e de reorganização institucional, deveriam ser abordadas como um conjunto de condições necessárias, de interesses maiores para a competição intra-Mercosul, e para o deslocamento dos centros de gravidade da economia internacionalizada (de uma maneira geral as rodovias, mas também casos como da hidrovia Tietê-Paraná no Brasil e da hidrovia Paraná-Prata no litoral atlântico).

Questões como as assinaladas são cruciais para o desenvolvimento econômico local. Elas colocam pelo menos duas direções para a Linha de Pesquisa sobre Desenvolvimento Territorial: de um lado, a análise da *concorrência territorial* das aglomerações urbanas produtivas na integração do Mercosul, de outro, a análise da capacidade de *coordenação territorial* dos agentes no desenvolvimento local/regional, estabelecendo normas e regras de convivência no progresso tecnológico, na distribuição dos investimentos públicos e privados etc.

O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O conceito de desenvolvimento tem uma história, fatores explicativos, conteúdos e objetivos. Nos anos noventa, as teorias do desenvolvimento convergiram para uma concepção mais institucionalista e sistêmica, antípoda das abordagens economicistas, tradicionalmente centradas nas tecnologias, na demografia e nos mercados (BOYER, 2001). A mesma palavra “desenvolvimento” hoje é carregada de controvérsias, de diversidades de experiências nacionais (América Latina, Ásia, África) e não se refere mais às mesmas definições nem aos mesmos fatores explicativos há meio século atrás (SEN, 2004). Faz-se necessário reconciliar teoria, observação e prática.

Hoje o conceito de desenvolvimento territorial local é freqüentemente interpretado como o paradigma mais recente do desenvolvimento (STORPER, 1997, DUEZ, 1998, AGHÓN, 2001, LLORENS, 2001, PECQUEUR, 2000, VEIGA, 2002, TORRE, 2003, DINIZ, 2000). É também conhecido sob a designação de desenvolvimento endógeno, integrado, comunitário e sustentável. As principais tendências e a literatura sobre o tema ou contrapõem-se freqüentemente o local e o global (DEMAZIÈRE, 1996), ou analisa-se o território sob a forma de uma rede-arquipélago na mundialização da economia (VELTZ, 1996). Em todos os casos, o Estado nacional é o mediador desta

relação do local com o global, na qual se move a autonomia relativa do desenvolvimento do território local.

Como tem sido abordado até agora, este desenvolvimento produtivo e social depende não apenas de diretrizes e intervenções do Estado, nem é resultado exclusivo das atividades empresariais privadas. O desenvolvimento depende de como a sociedade organiza a produção social, mas também como ela participa da criação dos espaços necessários de negociação entre os diferentes atores sociais em prol de uma meta comum, que seria garantir o desenvolvimento socioeconômico territorialmente equilibrado, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

As origens do desenvolvimento territorial

Se agora retomarmos os papéis das organizações, das instituições e dos territórios para a noção de desenvolvimento, podemos sustentar que o desenvolvimento territorial é um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região. Nas estratégias competitivas da globalização, o desenvolvimento territorial é dinamizado por expectativas dos agentes econômicos nas vantagens locais, no qual o território é o *ator principal* do desenvolvimento econômico regional, e as políticas, as organizações, as instituições e a governança são *recursos específicos*, a um só tempo *disponível* ou a ser *criados*; quando disponível, tratar-se-ia de sua difusão no território, quando ausente, de sua criação (invenção e inovação). Desta forma, o desenvolvimento territorial é o resultado de uma *ação coletiva* intencional de caráter local, um *modo de regulação territorial*, portanto uma ação associada a uma *cultura*, a um *plano* e *instituições locais*, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais.

Assim sendo, as regiões, ou ainda melhor, os territórios, tornaram-se cada vez mais as fontes específicas de ativos, recursos e vantagens competitivas, mas também de solidariedade no desenvolvimento nacional e internacional. A pressão territorial das regiões provém de aglomeração geográfica de pessoas e atividades econômicas, e se exprime nos aumentos diferenciados da produtividade no território nacional. A constatação da *concorrência territorial* e da *solidariedade territorial* é contraditória entre várias regiões, e isto tem contribuído para estimular as novas teorias de crescimento e desenvolvimento territorial. Portanto, a idéia de que o desenvolvimento é localizado e dependente de ativos e recursos próprios a certas regiões ("capital natural", "capital humano", "capital social", "capital simbólico"), está na origem de numerosos estudos que trazem novas luzes para entender os mecanismos de indução do desenvolvimento local e regional.

No Brasil, essas experiências de desenvolvimento territorial local foram inicialmente estimuladas por três fatores principais: (i) a busca de oportunidades de emprego e renda no âmbito municipal; (ii) a necessidade de atrair investimentos por meios da "guerra fiscal" entre estados e regiões; (iii) a descentralização constitucional dos serviços públicos (AFFONSO, 2001). Entretanto, outras experiências de indução do desenvolvimento territorial como os Arranjos Produtivos Locais, os Consórcios de Municípios, os Comitês de Bacias e os Eixos de Integração, foram se constituindo no final dos anos 90 em alternativas de governança territorial que parecem alterar a antiga noção do desenvolvimento regional do país. Assim, faz-se necessário o entendimento das identidades e dos novos fatores sócio-espaciais que apresentam alternativas e variedades de possíveis modos de desenvolvimento e de regulação local/regional dos territórios.

Nas regiões industrializadas, os arranjos produtivos locais, horizontais ou atrelados a grandes empresas foram e são ainda determinantes para a emergência de projetos alternativos de desenvolvimento nessas regiões, que souberam mobilizar seus recursos e competências territoriais (MONIÉ; SILVA, 2003). Entretanto, nas regiões rurais desfavorecidas de indústrias manufatureiras e de recursos humanos qualificados, o patrimônio natural e cultural é determinante para o desenvolvimento local, assim como a sensibilização dos atores sociais das comunidades para agirem sobre suas vocações e potencialidades. Nesses casos, a questão do desenvolvimento local vem atrelada à harmonização de políticas públicas com os interesses locais (PIRES; REIS, 2001).

Os fatores explicativos do desenvolvimento territorial

Em qualquer das situações abordadas no item anterior, para que o meio local se engaje em um processo de desenvolvimento endógeno, são necessárias certas condições. Essas condições são específicas a cada um dos meios locais. Elas apresentam níveis e situações diferentes entre países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Segundo Pecqueur (2000, p. 46-7) cada processo de desenvolvimento local decorre de três condições básicas: da capacidade de se inovar, da capacidade de se adaptar e da capacidade de se regular. É a ação dinâmica das redes de atores formais e informais que permite a realização conjunta dessas condições.

Como já foi visto na primeira seção, a **inovação** pode ser técnica e social. A inovação técnica diz respeito a um novo produto ou um novo processo de fabricação, concebida por um empreendedor individual ou coletivo (empresa, grupo). Ela é aplicada na organização da produção e do trabalho, alterando a organização social de conjuntos de empresas (por exemplo, a flexibilidade). A capacidade de inovação técnica de um meio industrial compreende as descobertas tecnológicas e a ruptura dessas rotinas. Por sua vez, a inovação social mostra a importância do efeito da inovação técnica sobre as transformações sociais e as relações com o poder, que compreende um contexto de tensões sociais, econômicas e políticas (FONTAN; KLEIN; TREMBLAY, 2004). Esse caminho mostra, novamente, a importância de contar com um entorno territorial inovador que facilite a cooperação ou a associação empresarial em aspectos estratégicos, tais como o sistema local de difusão, da adaptação de tecnologias ou do desenho apropriado de P&D (LLORENS, 2001).

Além das inovações técnicas e sociais locais, o desenvolvimento de um território requer uma inovação integrada como um patrimônio comum. Nem sempre esta inovação é bem aceita por todos em condições de se integrar (por exemplo, quando se trata de mudar a cultura do trabalho ou o sistema de relações profissionais em vigor no território).

A capacidade coletiva em inovar de um meio econômico local tem a finalidade de garantir a segunda condição do desenvolvimento: a capacidade de **adaptação** e reação do meio às mudanças dos mercados mundiais. A capacidade de reação do local se mede pelo nível de solidariedade espacial que sustenta os atores no território, que não pode existir sem que o meio seja suficientemente denso para que as relações entre os atores possam se intensificar (estrutura urbana, redes de transportes, população e mão-de-obra disponível, um número importante de PMEs etc). Por essas razões é que a solidariedade espacial não pode ser decretada nem instaurada pelos atores no curto prazo, pois as redes informais, mais ainda que as redes institucionais, só se constroem no longo prazo.

A solidariedade espacial no processo de adaptação se configura em torno de um coletivo de empreendedores aberto a outros atores (bancos, poderes públicos,

associações, consumidores etc). Este coletivo de atores deve está inserido na cultura do meio onde está instalado. Ele deve ter uma consciência clara e positiva de sua identidade local e da sua cultura industrial, mas deve, da mesma maneira, ser reconhecido e legitimado como tal pelo conjunto do corpo social. A solidariedade espacial é o resultado de um ambiente favorável, que permite que as relações de rede se adaptem às inovações e às necessidades vindas do exterior.

Mesmo que o meio seja capaz de inovar e de aplicar a inovação para que o conjunto se adapte, é necessário ainda que ele possa coordenar um sistema de **regulação** favorável. A regulação pode ser aqui definida como a regularidade e a estabilidade relativa das formas de solidariedade que permitem a reprodução das condições favoráveis à inovação. A regulação é feita de regras e normas de comportamento que são explícitas e institucionais, mas também implícitas e informais (PECQUEUR, 2000, p. 49). No primeiro caso, a lei e os regimentos organizam as relações entre atores em nível nacional, onde as sociedades locais têm pouco poder para se afirmar. Entretanto, elas podem se apropriar de recursos institucionais para estabelecer comportamentos coletivos implícitos. A regulação local requer assim uma convivência entre os atores diretamente implicados na produção e na cultura do ambiente. Esta convivência organiza as relações entre os atores à sua maneira, procurando uma autonomia relativa com relação às regras em vigor nos níveis nacional e internacional. A capacidade de regulação é a capacidade que um meio econômico local tem de produzir um conjunto de regras locais em harmonia com as regras de níveis mais elevados, a fim de prolongar a existência de uma solidariedade sociocultural entre todos os atores dos territórios nacionais e transnacionais.

Este processo de desenvolvimento econômico nas instâncias nacional, local e global, em geral aparece como a expressão da trílice capacidade de uma sociedade econômica para se inovar, ser solidária para reagir e regular. No caso do desenvolvimento local, são as redes informais e institucionais que criam um espaço onde as três etapas podem se articular. Portanto, a estratégia a partir do potencial local não é um fechamento, mas ao contrário, uma abertura que se define em relação e em função dos outros níveis de regulação política (nacional e transnacional).

Assim sendo, o desenvolvimento local não é substituto ao fordismo, nem é universalizável. Ele é um método de ação para as comunidades e também um quadro normativo de respostas ao desenvolvimento nacional "por cima". Ele permite apresentar um conjunto de práticas diversas, mercantis e não mercantis, às vezes contraditórias, que valoriza a intimidade das relações que partilham os mecanismos econômicos com a sociedade e a cultura locais (PECQUEUR, 2000, p.51).

Embora haja uma grande aposta no desenvolvimento local, alguns autores não deixam de chamar a atenção às armadilhas de uma excessiva simplificação dos mecanismos econômicos e sociais do desenvolvimento (POLÈSE, 1998).

CONCLUSÕES

Este artigo procurou explorar a importância das instituições e dos territórios para se pensar o desenvolvimento econômico local e regional.

As análises das instituições como regras formais e informais do jogo social, guia para a interação humana e redutora da incerteza, e, das organizações como agrupamentos de indivíduos unidos por um propósito comum para alcançar certos objetivos, teve o propósito de lançar as bases conceituais para um programa de

pesquisa sobre o “território”, em alternativa ao “espaço” como suporte geográfico (espaço geográfico) e/ou econômico (espaço econômico) do trabalho humano.

A análise do território procurou mostrar como a dinâmica das instituições, das organizações e dos atores é crucial para pensar a regulação e a dinâmica territorial, firmada junto às redes de compromissos cívicos, através do “capital social”. O território produtivo é uma construção dos atores organizados para atingir uma meta. Ele é um recurso específico e o principal ator do desenvolvimento local e regional. A presença ou a ausência do recurso específico expressa as vantagens e desvantagens locais dos territórios, e medem a diversidade e competitividade territorial.

Nesse contexto, a análise da governança territorial local, dinamizada pelos atores organizados em instituições e empresas, mostra uma configuração territorial mais complexa, dada pelo aumento dos recursos imateriais e pela velocidade das informações e das inovações.

Acreditamos que a reflexão sobre essas questões deva ultrapassar o poder de explicação das noções clássicas de desenvolvimento, e devem remeter a noção do desenvolvimento territorial como temática específica e interdisciplinar, entre o macro e o micro. Esta noção está fundada na dependência de como a sociedade organiza a produção social, mas também como ela participa da criação de expectativas e instituições em prol de uma meta comum, com a intervenção das diretrizes do Estado e das estratégias empresariais privadas.

Assim sendo, na perspectiva do desenvolvimento territorial, as localidades e regiões tornam-se, cada vez mais, as fontes específicas de vantagens competitivas e de solidariedade na globalização. É por isso mesmo que o desenvolvimento territorial não é universalizável nem transferível. Ele é um método de ação para os atores e as comunidades em um quadro normativo de resposta ao desenvolvimento “por cima”, que valoriza a intimidade das relações que partilham os mecanismos econômicos com a sociedade e a cultura locais.

REFERÊNCIAS

- AFFONSO, R. Características básicas y retos de la descentralización en Brasil. In: AGHÓN, G. (Org.). **Desarrollo económico local y descentralización en América Latina: análisis comparativo**. Santiago de Chile: Cepal/Gtz, 2001.
- BEAUVIALA, C.; ROUSIER, N.; SAILLARD, Y. Internalisation et transformations du rapport salarial: éléments pour une analyse locale. In: LAMOTTE, B. (Coord.). **Les régulations de l'emploi: les stratégies des acteurs**. Paris: L'Harmattan, 1998. Chapitre 17, p.229-248.
- BECATTINI, G.; RULLANI, E. Sistemas productivos locales y mercado global. **Información Comercial Española**, Madrid, n.754, junio, 1996.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BENKO, G. A recomposição dos espaços. **Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 1, n.2, p.7-12, mar., 2001.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Coord). **As regiões ganhadoras: distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta, 1994.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.), **La richesse des régions: la nouvelle géographie socio-économique**. Paris: Puf, 2000.

- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v.16, n.32, p.31-50, jul./dez, 2001.
- BILLAUDOT, B. Théorie économique et espace du politique: confrontation entre la théorie néolibérale et la théorie historique et institutionnelle de la régulation. **Note de IREP-D**, Paris, n.21, 1994.
- BOURDIEU, P. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989. p.107-132.
- BOYER, R. Vers une théorie originale des institutions économiques?, In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (Ed.). **Théorie de la régulation: l'état des saviors**. Paris: La Découverte, 1995. Chapitre 54, p.530-538.
- BOYER, R. L'après-consensus de Washington: institutionnaliste et systémique?. In: **L'Année de la régulation: économie, institutions, pouvoirs**. Paris: Ed. Association Recherche et Regulation, 2001. v. 5, p.13-56.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999a. (A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura, v. 1).
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999b. (A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura, v. 3).
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; SILVA, G. (Org.) **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Integration des espaces et quase integration des firmes: vers de nouvelles rencontres productives? **Revue d'Economie Régionale et Urbaine**, Paris, n.3, p.489-506, 1993.
- CORREA, S. M. de S. (Org.) **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- COURLET, C.; SOULAGE, B. Industrial dynamics and territorial space. **Entrepreneurship & Regional Development**, London, v.7, p. 287-307, 1995.
- DEMAZIÈRE, C. (Org.) **Du local au global: les initiatives pour le développement économique en Europe et en Amérique**. Paris: L'Harmattan, 1996.
- DINIZ, C. C. **O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local**. Não publicado, 2000.
- DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 1998.
- DRUCKER, P. **Administrando em tempos de grandes mudanças**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- DUEZ, P. La place du développement local dans la dialectique du développement économique. In: KHERDJEMIL, B.; PANHUYS, H.; ZAOUAL, H. (Coord). **Territoires et dynamiques économiques**. Paris: L'Harmattan, 1998. Chapitre 5, p.189-221.
- FONTAN, J. M.; KLEIN, J. L.; TRAMBLAY, D.G. Innovation et société: pour élargir l'analyse des effets territoriaux de l'innovation. **Géographie, Économie, Société**, Paris, v. 6, p. 115-128, avril-juin, 2004.
- GAFFARD, J. L. **Economie industrielle et de l'innovation**. Paris: Dalloz, 1990.
- GILLY, J.P.; PECQUEUR, B. La dimension locale de la régulation. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. **Théorie de la régulation l'état des saviors**. Paris: La Découverte, 1995. Chapitre 30, p. 304-312.

GILLY, J.P.; PECQUEUR, B. Régulation des territoires et dynamiques institutionnelles de proximité: le cas de Toulouse et des Baronnies. In: GILLY J.P.; TORRE, A. (Org.). **Dynamiques de proximité**. Paris: L'Harmattan, 2000. Chapitre 4, p.131-164.

GILLY, J.P.; TORRE, A. (Org.). **Dynamiques de proximité**. Paris: L'Harmattan, 2000.

LLORENS, F.A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MAILLAT, D.; PERRIN, J.C. (Org.) **Entreprises innovatrices et développement territorial**. Neuchâtel: EDES, 1992.

MONIÉ, F.; SILVA, G. (Org.) **A mobilização produtiva dos territórios: instituições e logística do desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 142p.

MÜLLER, G. (Org.) **Jogo social e governo: excertos de "Teoria general de la producción y del juego social"**. São Paulo: Fundap/Egap, 1999.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PECQUEUR, B. **Le développement local**. 2ème edition. Paris: Syros, 2000.

PERRIN, J. C. Pour une révision de la science régionale, une approche par les milieux. **Revue Canadienne des Sciences Régionales**, Montréal, v. XV, n.2, 1992.

PIRES, E.L.S.; REIS FILHO, J.C.G. Desenvolvimento local, política pública e sociedade civil: estratégias dos atores e potencialidades das dinâmicas locais em comunidades de baixa renda no Brasil. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA, 23., 2001, Antigua, Guatemala. **Anais**. Guatemala: Universidad da Guatemala.

POLÈSE, M. **Economia urbana y regional: introducción a la relación entre territorio y desarrollo**. Cartago: LUR/BUAP/GIM, 1998.

PUTNAM, R. Comment on "The institutions and governance of economic development and reform", by Williamson. In: ANNUAL CONFERENCE ON DEVELOPMENT ECONOMICS 1994, Washington. **Proceedings of the World Bank**. Washington: IBRD/WB, 1995. p. 198-200.

RALLET, A. L'economie de proximite: texte présentée devant le groupe Dynamiques de Proximite. Marseille: GREQAM, 2000.

SANTOS, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. Campinas: Hucitec, Anpur, 1994.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIII, n.2, p. 15-26, 1999.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCOTT, A.J. **Regions and the world economy**. London: Oxford University Press, 1997.

SCOTT, A.J. La poussée régionale: vers une géographie de la croissance dans les pays en développement. **Géographie, Économie, Société**, Paris, v.5, n.1, p.31-57, janvier-mars, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

STORPER, M. **The regional world: territorial development in a global economy**. New York: Guilford Press, 1997.

TORRE, A. Desenvolvimento local e relações de proximidades: conceitos e questões. **Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 4, n. 7, p.27-39, set., 2003.

VEIGA, J.E. A face territorial do desenvolvimento. **Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 3, n. 5, p.5-19, set., 2002.

VELTZ, P. **Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel**. Paris: Puf, 1996.

VILLEVAL, M. C. Une théorie économique des institutions? In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (Org.). **Théorie de la regulation: l'état des saviors**. Paris: La Découverte, 1995. Chapitre 49, p. 479-489.

VERDI, A.R. **Grupos econômicos globais e territórios locais: Alcatel e Renault no Brasil**. 2003. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism**. New York: Free Press, 1985.

Recebido em novembro de 2005

Aceito em março de 2006